

Sumário

Prefácio	1
Introdução	5
1 O Fenômeno da Corrupção e a Internacionalização do Seu Combate	9
1.1 As diversas variações do sentido atribuído à corrupção	11
1.2 A corrupção como o fenômeno multicausal.....	19
1.3 A Mundialização do Combate à Corrupção e o incentivo aos espaços de consenso.....	22
1.3.1 Sistema Universal (ONU) – Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção:.....	25
1.3.2 Sistema Regional Americano (OEA) – Convenção Interamericana contra a Corrupção	29
1.3.3 OCDE – Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais	31
1.3.4 Sistema Nacional – Lei nº 12.846/2013 e o Microssistema de Combate à Corrupção:.....	35
2 A Consensualidade, Administração Pública e o Direito Sancionador	41
2.1 A Consensualidade na Administração Pública: a mutabilidade do significado de interesse público e a previsão da solução dialógica nos conflitos envolvendo o Poder Público.....	41
2.2 A Consensualidade e sua (in)compatibilidade com o Direito Sancionador: adequação aos limites impostos ao Poder Punitivo do Estado pelos Direitos e Garantias Fundamentais	49

2.3 A Consensualidade como tendência nas instâncias de responsabilização: abertura dos espaços de consenso na <i>ultima ratio</i> (direito penal) como fonte propulsora da transposição para as demais esferas punitivas	63
3 Os Espaços de Consenso como Ferramenta Auxiliar do Estado no Combate à Corrupção: Acordo de Leniência da Lei nº. 12.846/2013	69
3.1 Diretrizes para a excelência do programa de leniência	73
3.2 Competência para a celebração dos acordos de Leniência	75
3.3 Pressupostos e requisitos para a celebração dos acordos de leniência	80
3.3.1 Pressupostos e aspectos da colaboração.....	80
3.3.2. Requisitos do Acordo de Leniência	84
3.4 Efeitos da celebração do Acordo de Leniência.....	90
3.5 Procedimentalização do acordo de leniência	95
3.6 Cláusulas constantes nos Acordos de Leniência	102
3.7 Descumprimento do Acordo de Leniência	103
4 Balanço Geral dos Acordos de Leniência Já Celebrados pela Controladoria-Geral da União em Parceria com a Advocacia-Geral da União	105
4.1 Ilícitos que compõem os acordos de leniência.....	106
4.2 Tempo médio das comissões de leniência instituídas até a celebração do ajuste	109
4.3 Valores acordados e efetivamente pagos	113
4.4 Principais cláusulas estabelecidas	118
4.4.1 Das partes que compõe os espaços de consenso.....	119
4.4.2 Procedimentos apuratórios em face das empresas colaboradoras.....	122
4.4.3 Ressarcimento do dano erário	124
4.4.4 Publicidade e Compartilhamento de informações	126
4.5 Cooperação interinstitucional.....	130

4.6 Os benefícios e os riscos trazidos ao Estado a partir do instrumento consensual de responsabilização da Lei nº 12.846/2013.....	133
Conclusão	137
Referências Bibliográficas	141